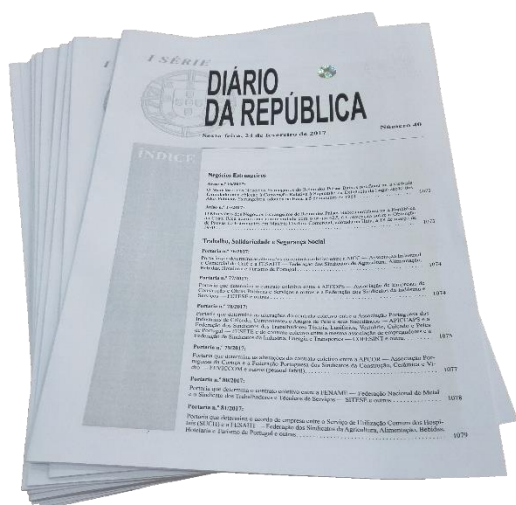


Digesto

NEWSLETTER N.º 2/2020

Período abrangido: 13 a 24 de janeiro de 2020



ADMINISTRAÇÃO INTERNA

[Lei n.º 1/2020, de 14 de janeiro](#)

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Prorroga a vigência do observatório técnico independente para análise, acompanhamento e avaliação dos incêndios florestais e rurais que ocorram no território nacional, criado pela [Lei n.º 56/2018](#), de 20 de agosto.

[Portaria n.º 14/2020, de 23 de janeiro](#)

ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Fixa as normas regulamentares necessárias à repartição dos resultados líquidos da exploração dos jogos sociais atribuídos à Administração Interna.

AGRICULTURA

[Portaria n.º 18/2020, de 24 de janeiro](#)

AGRICULTURA

Altera (nona alteração) a [Portaria n.º 57/2015](#), de 27 de fevereiro, que aprova o regulamento de aplicação do regime de pagamento base, do pagamento por práticas agrícolas benéficas para o clima e para o ambiente (Greening), do pagamento para os jovens agricultores, do pagamento específico para o algodão e do regime da pequena agricultura.

AMBIENTE

[Portaria n.º 5/2020, de 14 de janeiro](#)

AMBIENTE E AÇÃO CLIMÁTICA

Altera (primeira alteração) a Portaria n.º 268/2016, de 13 de outubro, que aprova a delimitação dos perímetros de proteção de captações de águas subterrâneas destinadas ao abastecimento público localizadas no concelho da Chamusca.

Despacho n.º 443/2020, de 14 de janeiro

Economia e Transição Digital, Ambiente e Ação Climática e Agricultura - Gabinetes do Ministro do Ambiente e da Ação Climática, da Ministra da Agricultura e da Secretária de Estado do Turismo

Determina a elaboração das bases do Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve.

Despacho n.º 444/2020, de 14 de janeiro

Economia e Transição Digital, Ambiente e Ação Climática e Agricultura - Gabinetes do Ministro do Ambiente e da Ação Climática, da Ministra da Agricultura e da Secretária de Estado do Turismo

Determina a elaboração das bases do Plano Regional de Eficiência Hídrica do Alentejo.

Portaria n.º 15/2020, de 23 de janeiro

AMBIENTE E AÇÃO CLIMÁTICA

Fixa os valores das taxas devidas no âmbito dos procedimentos administrativos relativos às atividades de produção e comercialização de eletricidade.

Portaria n.º 16/2020, de 23 de janeiro

AMBIENTE E AÇÃO CLIMÁTICA

Fixa os valores das taxas devidas no âmbito dos procedimentos administrativos relativos à atividade de autoconsumo e às Comunidades de Energia Renovável (CER).

Despacho n.º 1048-A/2020, de 23 de janeiro

Finanças, Modernização do Estado e da Administração Pública, Ambiente e Ação Climática e Infraestruturas e Habitação - Gabinetes dos Secretários de Estado do Orçamento, da Descentralização e da Administração Local, da Mobilidade e das Infraestruturas

Determina os fatores de distribuição das verbas do Programa de Apoio à Redução Tarifária (PART) pelas áreas metropolitanas (AM) e pelas comunidades intermunicipais (CIM).

ECONOMIA

[Despacho n.º 946/2020, de 23 de janeiro](#)

Economia e Transição Digital - Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Economia

Determina a criação e composição do Grupo de Trabalho para a Capacitação das Infraestruturas Tecnológicas (GTCIT).

FINANÇAS

[Portaria n.º 3/2020, de 13 de janeiro](#)

FINANÇAS

Fixa o valor médio de construção por metro quadrado, para efeitos do artigo 39.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, a vigorar no ano de 2020.

[Despacho n.º 785/2020, de 21 de janeiro](#)

Finanças - Gabinete do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais

Aprova as tabelas de retenção na fonte sobre rendimentos do trabalho dependente e pensões auferidas por titulares residentes no continente para vigorarem durante o ano de 2020.

IGUALDADE E INCLUSÃO

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 2/2020, de 21 de janeiro](#)

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Altera a Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo 2017-2023.

INFRAESTRUTURAS E HABITAÇÃO

[Decreto-Lei n.º 2/2020, de 14 de janeiro](#)

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Altera o Regulamento da Matrícula, o Código da Estrada e o Regulamento da Habilitação Legal para Conduzir.

JUSTIÇA

[Portaria n.º 4/2020, de 13 de janeiro](#)

JUSTIÇA

Altera (segunda alteração) a Portaria n.º 380/2017, de 19 de dezembro, que regula a tramitação eletrónica dos processos nos tribunais administrativos de círculo, nos tribunais tributários, nos tribunais centrais administrativos e no Supremo Tribunal Administrativo.

[Portaria n.º 9/2020, de 17 de janeiro](#)

JUSTIÇA

Fixa o quadro de magistrados do Ministério Público do Departamento Central de Investigação e Ação Penal (DCIAP), revogando a [Portaria n.º 328/2006](#), de 6 de abril.

MAR

[Portaria n.º 6/2020, de 14 de janeiro](#)

MAR

Altera (quinta alteração) o Regulamento do Regime de Apoio aos Investimentos em Portos de Pesca, Locais de Desembarque, Lotas e Abrigos, do Programa Operacional Mar 2020, para Portugal Continental, aprovado pela Portaria n.º 57/2016, de 28 de março.

[Portaria n.º 8/2020, de 16 de janeiro](#)

MAR

Aprova os modelos, em formato eletrónico e em suporte físico, do livrete das embarcações de recreio.

[Portaria n.º 19/2020, de 24 de janeiro](#)

MAR

Estabelece limitações à captura e descarga de biqueirão (*Engraulis encrasicolus*) na subzona 9 do Conselho Internacional de Exploração do Mar com o objetivo de gerir a quota disponível de biqueirão em 2020.

REGIÕES AUTÓNOMAS

AÇORES

[Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 1/2020/A, de 16 de janeiro](#)

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Resolve constituir um grupo de trabalho, no âmbito da Comissão Permanente de Economia, para efeitos de avaliação e acompanhamento geral do processo de reabilitação de infraestruturas danificadas pela passagem do furacão Lorenzo pelos Açores, com especial incidência no acompanhamento do processo de abastecimento de bens e mercadorias às ilhas do grupo ocidental.

[Decreto Legislativo Regional n.º 2/2020/A, de 22 de janeiro](#)

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Aprova o Plano Regional Anual para 2020.

[Decreto Legislativo Regional n.º 3/2020/A, de 22 de janeiro](#)

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Aprova a organização e funcionamento do Instituto de Alimentação e Mercados Agrícolas, IPRA.

[Decreto Legislativo Regional n.º 4/2020/A, de 22 de janeiro](#)

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Altera (quarta alteração) o Decreto Legislativo Regional n.º 28/99/A, de 31 de julho, que aprova o Estatuto do Serviço Regional de Saúde dos Açores.

[Decreto Legislativo Regional n.º 5/2020/A, de 24 de janeiro](#)

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Altera (terceira alteração) o [Decreto Legislativo Regional n.º 32/2002/A](#), de 8 de agosto, alterado pelo [Decreto Legislativo Regional n.º 27/2005/A](#), de 10 de novembro, e pelo [Decreto Legislativo Regional n.º 24/2015/A](#), de 10 de novembro, que estabelece o regime de cooperação técnica e financeira entre a administração regional e a administração local.

MADEIRA

[Despacho n.º 441/2020, de 14 de janeiro](#)

Presidência da República - Gabinete do Presidente

Designa a cidade do Funchal como sede das comemorações, em 2020, do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, estendendo as celebrações às comunidades portuguesas na República da África do Sul, e estabelece a constituição da Comissão Organizadora.

[Parecer n.º 1/2019, de 17 de janeiro](#)

Tribunal de Contas - Secção Regional da Madeira

Elabora Relatório e emite Parecer sobre a conta da Região Autónoma da Madeira de 2018.

SAÚDE

[Portaria n.º 7/2020, de 16 de janeiro](#)

SAÚDE

Atualiza o programa formativo da área de especialização de Hematologia Clínica, constante do anexo à presente portaria.

[Portaria n.º 17/2020, de 24 de janeiro](#)

FINANÇAS, TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL E SAÚDE

Define os preços dos cuidados de saúde e de apoio social prestados nas unidades de internamento e de ambulatório da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados.

TRIBUNAIS

Acórdão (extrato) n.º 612/2019, de 16 de janeiro

Tribunal Constitucional

Decide não julgar inconstitucional a norma do artigo 751.º, n.º 3, alínea b), do Código de Processo Civil, aprovado pela Lei n.º 41/2013, de 26 de junho, na sua redação originária, segundo a qual, ainda que não se adeque, por excesso, ao montante do crédito exequendo, é admissível a penhora do imóvel que seja habitação própria permanente do executado e sua família, mesmo que esse imóvel não tenha sido dado em garantia para o pagamento da dívida exequenda, quando esteja em causa uma dívida superior a metade do valor da alçada do tribunal de primeira instância e a penhora de outros bens presumivelmente não permita a satisfação integral do credor no prazo de dezoito meses.

Acórdão (extrato) n.º 660/2019, de 16 de janeiro

Tribunal Constitucional

Decide julgar inconstitucional a norma do artigo 26.º, n.º 1, alínea c), do Regulamento Disciplinar da Polícia de Segurança Pública, na parte em que determina para os funcionários e agentes aposentados a substituição da pena de demissão pela perda total do direito à pensão pelo período de 4 anos.

Acórdão (extrato) n.º 689/2019, de 21 de janeiro

Tribunal Constitucional

Decide não julgar inconstitucional a norma constante do artigo 215.º, n.ºs 3 e 4, do Código de Processo Penal, na interpretação de que promovendo o Ministério Público a excepcional complexidade do processo sujeito a segredo de justiça, o arguido não tem direito de aceder aos elementos de prova em que se funda a pretensão do Ministério Público mesmo que o requeira a fim de emitir pronúncia.

**Avalie a nossa Newsletter e dê-nos a sua sugestão
através do e-mail:**

digesto@jurisapp.gov.pt

